

Lei Ordinária nº 818/1988

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a adesão a grupos de Consórcio, com o fim de adquirir equipamentos rodoviários e dá outras providências.

Eraldo Holosback Alves Azambuja, Prefeito Municipal: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 25 de maio de 1988

Art. 1º.

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir equipamentos rodoviários, através de adesão e consegüente subscrição de grupos de Consórcio, conforme descriminados a seguir:

- **a) -** 01 (uma) Motoniveladora marca FIAT ALLIS, modelo FG85, nova, de fabricação nacional, com motor Diesel, com 157 CV de potencia liquida, equipada com lamina ROLL-AWAY e escarificador frontal.
- **Art. 2º.** A adesão aos grupos de Consórcio far-se-á, exclusivamente mediante a formalização de Concorrência Pública, de acordo com as disposições do Decreto-Lei Federal nº 2.300 de 21 de novembro de 1986, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei Federal nº 2.348, de 24 de julho de 1987, e de acordo com a legislação aplicável à espécie.
- **Art. 3º.** A despesa decorrente da aquisição do equipamento será objeto de contabilização, considerandose o valor oferecido a cada equipamento ao preço do dia, pela multiplicação do valor da primeira prestação ou cota pelo numero de parcelas a pagar.
- **Art. 4º.** As despesas resultantes das variações dos valores das prestações serão contabilizadas no título "Serviços da Dívida", a cada mês, de acordo com os valores apurados.
- **Art. 5º.** A adesão a grupos de Consórcios, que ficarão adstritas às vigência dos respectivos créditos, não poderão exceder a 05 (cinco) anos prazo máximo estabelecido por Lei.
- **Art. 6º.** Os investimentos decorrentes da aquisição dos equipamentos poderão se incluídos no Orçamento Plurianual.
- **Art. 7º.** Os empenhos das despesas deverão ser elaborados globalmente, não obstante os pagamentos deles decorrentes ocorrerem parte no exercício e nos exercícios subsequentes, mediante inscrições em "Restos a Pagar" não processados. Na hipótese de reajustes de preços, haverão de ser feitos empenhos complementares, por estimativa, até o término da participação.

Art. 8º. Autorizadas as antecipações de prestações vincendas a titulo de lances livres, desde que tais pagamentos, aos preços vigentes do dia, liquidem parcelas finais de cada grupo, com o fim de abreviar a

participação do Município no Consórcio, tudo condicionado a existência de recursos financeiros

disponíveis.

Art. 9º. O Chefe do Poder Executivo deverá fazer a previsão orçamentária e financeira, antes da

elaboração do Edital de Licitação.

Art. 10 Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar operação de credito, com o fim de viabilizar os

pagamentos dos lances iniciais, intermediários ou finais (antecipação de prestações vincendas), até limite

de Cz\$ 578.423,79 (quinhentos e setenta e oito mil, quatrocentos e vinte e três cruzados e setenta e nove

centavos), junto à entidade financeira, à própria firma administradora do Consorcio ou junto à empresa ou

empresas revendedoras.

Art. 11 Para a cumprimento da presente Lei, fica ainda o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado

a abrir crédito ou créditos adicionais, de natureza especial, até o montante de Cz\$ 20.177.573,00 (vinte

milhões, cento e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e três cruzados), destinados à cobertura das

despesas a serem contratadas, a conta de dotações especificas e mediante as indicações de recursos

adequados a serem indicados.

Art. 12 Face ao princípio de continuidade administrativa, que prevalece no serviço público, incumbe ao

Prefeito sucessor dar cumprimento ao pagamento das prestações remanescentes, até o termino das

participações nos grupos de Consorcio.

Art. 13 Para cumprimento satisfatório do pagamento das prestações/cota de adesão, poderá ser

oferecida parte dos percentuais de participação de recursos financeiros, destinados à Prefeitura

Municipal, do F.P.M. - Fundo de Participação dos Municípios, junto à entidade bancária repassadora.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã, 25 de maio de 1988

Eraldo Holosback Alves Azambuja

Prefeito Municipal